

ADVOGADO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **4 (quatro)** opções de resposta (A, B, C, D) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Leia o texto a seguir.

Os homens não estão cientes do calor que emana de seu coração, embora ele dê vida e movimento a todas as outras partes do seu corpo. [...] O mesmo se dá com a vaidade: ela é tão natural para o homem que ele não a percebe. E, embora seja isso que dê, por assim dizer, vida e movimento à maioria dos seus pensamentos e desígnios, isso ocorre de um modo que é imperceptível para o sujeito. [...] Os homens não percebem que é a vaidade que dá ímpeto à maioria de suas ações.

A respeito do significado ou da estruturação desse fragmento, assinale a afirmativa **inadequada**.

- (A) O comentário inicial sobre o calor do coração serve de ponto de comparação para o papel da vaidade.
- (B) A semelhança entre o calor do coração e a vaidade é que ambos são imperceptíveis para os homens.
- (C) Ao indicar a vaidade como fonte da maioria das ações humanas, o autor do texto as desvaloriza.
- (D) O homem deve tornar a vaidade uma força consciente para o seu progresso.

2

Leia o texto a seguir.

Em seu coração, os homens desejam ser estimados, mas eles cuidadosamente ocultam esse desejo porque querem se passar por virtuosos e porque o desejo de receber da virtude qualquer vantagem além dela mesma não seria ser virtuoso, mas amar a estima e o elogio – ou seja, ser vaidoso. Os homens são muito vaidosos, mas não há nada que eles mais detestem do que serem considerados vaidosos.

Assinale a afirmativa adequada ao seu significado ou à sua estruturação.

- (A) A discussão no texto opõe a essência (os homens serem vaidosos) à aparência (quererem passar por virtuosos).
- (B) A vaidade humana só não é vista como um defeito porque os homens fazem questão de ocultá-la.
- (C) Os homens têm o desejo de serem estimados, ou seja, pretendem alcançar a estima e o elogio, sem serem motivados pela vaidade.
- (D) O fato de serem considerados vaidosos faz com que a imagem pública dos homens cresça ao olhar dos outros.

3

Assinale a opção que apresenta a frase em que os dois termos sublinhados **não** são **antônimos**.

- (A) Juízes implacáveis são todos aqueles que antes foram réus.
- (B) O homem não teria alcançado o possível se, repetidas vezes, não tivesse tentado o impossível.
- (C) Você não será nada se quiser ser tudo.
- (D) Só tenho por seguro o que é incerto.

4

Análise a frase a seguir.

É claro que a justiça, sendo cega, não vê se é vista, e então não cora. (Machado de Assis)

As opções a seguir apresentam formas de reescrever a frase acima sem modificação do seu sentido original, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) É claro que a justiça, sendo cega, não cora, já que não vê se é vista.
- (B) Sendo cega, é claro que a justiça não vê se é vista, e então não cora.
- (C) É claro que, sendo cega, a justiça não vê se é vista, e então não cora.
- (D) É claro que a justiça não vê se é vista, e então, sendo cega, não cora.

5

Assinale a frase que **não** apresenta **tom crítico**.

- (A) Nenhum homem rico é feio, dizia uma grande atriz.
- (B) Mostre-me um herói e eu escreverei uma tragédia.
- (C) Não é bom que o homem esteja só.
- (D) Ele é a pessoa mais interessante que ele já conheceu.

6

Assinale a frase em que **não** está presente a construção de voz passiva com o pronome **se**.

- (A) O casamento é uma escola onde se aprende algo com o outro.
- (B) Alugou-se uma casa à beira-mar para as férias, mas os temporais acabaram com os sonhos.
- (C) Nunca se é demasiado velho para crescer.
- (D) Fazem-nos na época atual constituições para os povos como se fariam vestidos para as pessoas sem se lhes tomar as medidas.

7

Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos mostram os seguintes valores: uma qualidade, uma característica, um estado ou uma relação.

Assinale a opção que apresenta a frase em que o adjetivo sublinhado é classificado como **adjetivo de relação**.

- (A) As colônias não deixam de ser colônias pelo fato de serem independentes.
- (B) É necessário mudar muitas vezes de opinião para estar sempre de acordo com o seu partido político.
- (C) As leis ruins são a pior espécie de tirania.
- (D) Juízes implacáveis são aqueles que antes foram réus. **8**

Nas frases a seguir há várias formas de adjetivos referentes aos substantivos sublinhados.

Assinale a opção em que a forma de adjetivação está identificada **inadequadamente**.

- (A) Como todos os soldados, João também tinha cabelo curto. / adjetivo.
- (B) Apesar de pianista, o artista mostrava mãos grosseiras, rudes. / locução.
- (C) O livro que o professor recomendara, esgotou rapidamente. / oração adjetiva.
- (D) José era considerado um cabeça-de-vento. / substantivo composto.

9

Assinale a frase que **não** exemplifica o caso de um adjetivo com valor adverbial.

- (A) Comecei de cima e trabalhei **duro** até chegar embaixo.
 (B) Você não aprende a manter **firme** sua posição no mundo ficando de guarda, mas atacando e sendo atacado.
 (C) Por que com tão **curta** a vida organizamos tantos projetos?
 (D) Tão **rápido** foge a vida que toda sorte é boa, em tão breve jornada.

10

Assinale a frase em que as duas ocorrências do vocábulo destacado desempenham a mesma função sintática.

- (A) A coisa mais **importante** da vida é saber o que é **importante**.
 (B) A vida é feita de **ilusões**; entre essas **ilusões**, algumas triunfam.
 (C) Para que **um grande sonho** se torne realidade, você precisa primeiro de **um grande sonho**.
 (D) O planejamento familiar é um sonho **que** o pai de família traça para ter a ilusão do dinheiro **que** guarda.

11

Assinale a opção em que a modificação de uma forma reduzida de infinitivo foi adequadamente modificada para uma forma desenvolvida.

- (A) Novos ricos também pesquisam **antes de comprar** / antes de que comprem.
 (B) O divórcio foi uma chance dada ao meu casamento **para eu errar outra vez** / para que eu erre outra vez.
 (C) **Ao se divorciar**, procurou ficar com os bens. / Quando se divorciasse.
 (D) O casamento parece inventado **para recompensar os perversos** / para a recuperação dos perversos.

12

As frases a seguir são compostas de dois segmentos separadas por um sinal de pontuação.

Assinale aquela em que essa pontuação foi **inadequadamente** substituída por um conectivo.

- (A) Não é a maioria que é silenciosa. O governo é que é surdo. / mas.
 (B) Não gosto de pensar que estou envelhecendo. Adoro a ideia de que nasci há muito tempo. / portanto.
 (C) O ilegal é o que fazemos imediatamente. O inconstitucional é o que exige um pouco mais de tempo. / enquanto.
 (D) Não pergunte a seus pais o que podem fazer por você. Eles podem fingir que não ouviram. / pois.

Raciocínio Lógico Matemático

13

Considere a frase:

Se você é cuiabano, então é mato-grossense.

É logicamente equivalente à frase acima, a seguinte proposição:

- (A) *Se você é mato-grossense, então é cuiabano.*
 (B) *Se você é cuiabano, então não é mato-grossense.*
 (C) *Se você não é mato-grossense, então não é cuiabano.*
 (D) *Se você não é cuiabano, então não é mato-grossense.*

14

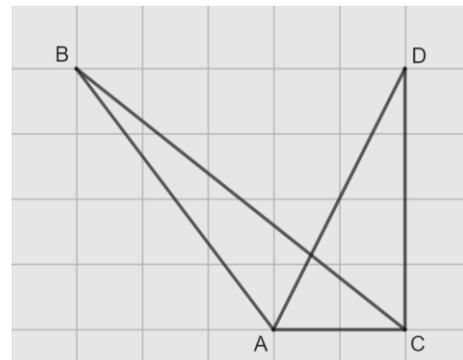
Em uma reunião de uma unidade hospitalar, estavam presentes 8 servidores, sendo 6 médicos e 2 enfermeiros. Todos sentaram-se ao redor de uma mesa redonda.

A quantidade de maneiras distintas que essa mesa pode ser organizada de forma que entre os dois enfermeiros tenha sempre três médicos é

- (A) 120.
 (B) 240.
 (C) 480.
 (D) 720.

15

Na malha quadriculada a seguir, formada por quadrados de lados medindo 1cm, estão representados os triângulos ABC e ACD.



A área do triângulo ABC, em cm^2 , é igual a

- (A) 4,25.
 (B) 4,00.
 (C) 3,75.
 (D) 3,50.

16

Sobre números inteiros, racionais e reais, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Há mais números racionais que números inteiros.
 () A soma de dois números irracionais resulta sempre em um número irracional.
 () A dízima periódica 6,999... é igual ao número inteiro 7.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V.
 (B) F – V – V.
 (C) V – F – F.
 (D) V – V – F.

17

Os atendimentos realizados por 6 médicos de uma unidade hospitalar em determinado dia foram registrados. Porém, no fim da semana, percebeu-se que a informação dos atendimentos realizados por um desses médicos foi perdida, conforme a lista apresentada a seguir.

10, 9, 15, 9, X, 12

Sabe-se que, nesse dia, nenhum médico fez menos que 6 e mais que 15 atendimentos e que a média de atendimentos é um número inteiro.

Assim, a mediana da lista é

- (A) 10.
(B) 10,5.
(C) 11.
(D) 11,5.

18

A Federação Mato-grossense de Futebol (FMF) realiza anualmente a competição "Copa FMF" na modalidade masculina. Na edição de 2023, a fase final foi disputada por Cuiabá, Mixto, Nova Mutum e Operário VG em um formato quadrangular, no qual todos se enfrentam apenas uma vez.

Em relação aos gols ocorridos nesta fase, sabe-se que:

- Mixto fez o triplo de gols que tomou;
- Cuiabá e Nova Mutum tomaram 6 gols cada;
- Operário VG fez 1 gol e tomou 2 gols;
- Cuiabá fez um gol a mais que Nova Mutum;
- foram feitos 17 gols no total.

Dessa forma, a quantidade de gols feitos pela equipe Nova Mutum foi igual a

- (A) 5.
(B) 4.
(C) 3.
(D) 2.

19

A serviço de uma unidade do Sistema Único de Saúde há três veículos: um automóvel, um ônibus e uma van. Um deles tem a cor azul, outro tem a cor amarela e outro tem a cor verde.

Das afirmativas a seguir, apenas uma é verdadeira:

- I. O automóvel é verde.
II. O ônibus não é amarelo.
III. A van não é verde.

Assim, é correto afirmar que

- (A) o automóvel é amarelo.
(B) o automóvel é azul.
(C) o ônibus é verde.
(D) a van é amarela.

20

Em uma fábrica de desfibriladores, foi verificado que eram necessários 8 dias para produzir determinada quantidade de aparelhos, usando a mão de obra de 6 trabalhadores por 4 horas em cada dia.

Para reduzir o tempo de produção para 2 dias, será necessário:

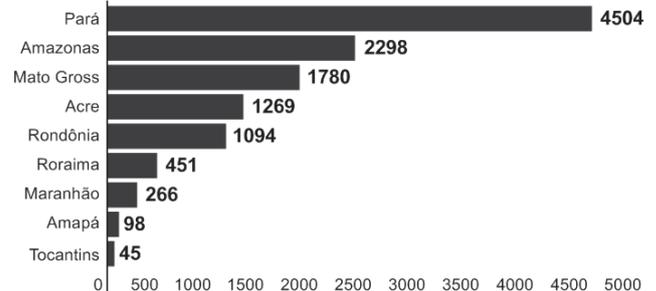
- (A) duplicar o número de trabalhadores.
(B) triplicar o número de horas trabalhadas por dia.
(C) duplicar o número de horas trabalhadas por dia.
(D) duplicar o número de trabalhadores e o número de horas trabalhadas por dia.

História Política e Econômica e Geografia de Mato Grosso

21

Analise o gráfico a seguir.

Risco de desmatamento por estado em 2023 (km²)



Fonte: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2023/01/18/mt-e-o-3o-estado-com-maior-risco-de-desmatamento-em-2023-aponta-imazon.ghml>. Adapt.

De acordo com o gráfico, o Estado de Mato Grosso é o terceiro estado brasileiro com maior risco de desmatamento na Amazônia.

Analise as afirmativas a seguir sobre os fatores que concorrem para esse fenômeno.

- A prática agrícola é um dos fatores que contribui para a aceleração dos processos erosivos do solo e do desmatamento. Isso ocorre devido ao emprego, de técnicas agrícolas extensivas, com a retirada de vegetação para a instalação de grandes lavouras monocultoras.
- A prática do garimpo ilegal gera diversos impactos ambientais, como o desmatamento, por meio da retirada de vegetação nativa, seja para estabelecer acessos às áreas ricas em minerais, seja para criar espaços destinados à própria atividade de mineração.
- A demarcação de terras indígenas no Estado contribui para o desmatamento, uma vez que o processo envolve a utilização de madeira para a construção de residências tradicionais e a exploração dos recursos naturais para fins de subsistência.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.

22

Sobre os biomas mato-grossenses e suas respectivas localizações conforme a organização espacial do estado, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O bioma Amazônico é caracterizado pela vegetação densa da floresta tropical; está presente no norte do Estado e um dos seus espaços é a microrregião de Sinop.
() O bioma Cerrado é caracterizado pela vegetação composta de árvores baixas e com plantas com raízes profundas; está presente na mesorregião do Centro-Sul Mato-grossense.
() O bioma Pantanal é caracterizado por suas extensas áreas alagadas e pela planície aluvial; está presente na mesorregião Centro-sul do estado, englobando os municípios de Cáceres e Poconé.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
(B) V – F – V.
(C) F – V – F.
(D) V – V – V.

23

Analise os trechos a seguir.

I. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, de 1916

Art. 6º. *São incapazes, relativamente a certos atos (Art. 147, inciso I), ou à maneira de os exercer:*

IV - os silvícolas.

Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, e que cessará à medida de sua adaptação.

II. Lei nº 6.001 de 1973

Art. 2º. *Cumpra à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos: II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas ainda não integrados à comunhão nacional; VI - respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes; VIII - utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento.* (Adaptado.)

III. Constituição Federal de 1988

Art. 231. *São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

Sobre a questão indígena no Brasil, de acordo com os trechos, assinale a afirmativa que interpreta corretamente os princípios que orientaram os marcos normativos mencionados.

- (A) Em I, a integração das comunidades indígenas à sociedade brasileira é preconizada por meio de um regime tutelar, que os considerava como indivíduos não plenamente desenvolvidos; em II, a autonomia dos indígenas é garantida por meio do direito à escolha de manter seu isolamento.
- (B) Em I, a autonomia das populações indígenas é assegurada pela concessão de agência individual, reconhecendo-as como capazes de resolver seus próprios conflitos territoriais; em II, a autonomia é manifestada pela isenção do poder federal de qualquer responsabilidade na garantia de seus direitos.
- (C) Em II, a preservação das comunidades indígenas se dá mediante o respeito pelo isolamento como uma medida para prevenir a propagação de doenças e evitar o extermínio; em III, a conservação da diversidade étnica e cultural dos indígenas é garantida por meio da criação de reservas.
- (D) Em II, a integração dos indígenas à sociedade brasileira é prevista por práticas de assimilação, que entendiam seus modos de vida como uma condição transitória; em III, os direitos dos indígenas são reconhecidos pela liberdade de organização sociocultural, responsabilizando o Estado Brasileiro de proteger suas terras.

24

O Estado do Mato Grosso destaca-se tanto nacional quanto internacionalmente por sua significativa produção agrícola.

A respeito do escoamento dos excedentes destinados à exportação, assinale a afirmativa correta.

- (A) O transporte ferroviário é a principal opção, da qual depende o Estado para o envio de sua produção para os portos da Região Sul.
- (B) O transporte hidroviário é ineficiente, visto que sua aplicação se restringe apenas à manutenção das conexões internas do Estado.
- (C) O transporte rodoviário, principalmente a rodovia BR 364, permite transportar a produção até o Estado de São Paulo, alcançando o porto de Santos.
- (D) O transporte rodoviário, principalmente a rodovia BR 163, permite a entrega da soja para o Rio de Janeiro, principal mercado consumidor.

25

A Capitania de Mato Grosso é uma das mais importantes de todo o Brasil, tanto pela sua extensão e pelas sabidas, mas ainda intactas riquezas, que guardam os seus vastíssimos sertões, como por ser fronteira ao vasto, populoso e rico Peru.

Adaptado de: Reflexões sobre o estado atual da capitania de Mato Grosso, combinando com os domínios espanhóis que lhe são confinantes, em: Serra, Ricardo, Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso, Cuiabá: IHGMT, 2002, p. 12.

A respeito do contexto da criação da Capitania de Mato Grosso e da delimitação de suas fronteiras, assinale a afirmativa correta.

- (A) A fronteira sul com a cidade de Assunção, que estava sob domínio espanhol, desempenhava um papel crucial na proteção do interior do território brasileiro.
- (B) A fronteira oriente com a capitania de Goiás, então no auge da sua produção de cana de açúcar, atuava como ponto de contato para trocas comerciais entre as duas regiões.
- (C) A fronteira leste com a capitania de São Paulo, representou o cumprimento do estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, que concedeu a posse da região centro oeste aos portugueses.
- (D) A fronteira norte com a capitania de Rondônia revelava-se estratégica para a exploração e tráfico da borracha e permitia uma conexão vital com os mercadores europeus.

26

A respeito da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, assinale a afirmativa que descreve corretamente o envolvimento de Mato Grosso no conflito.

- (A) Os antecedentes do conflito são marcados pela assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, o qual legitimava a guerra contra o Paraguai e designava Mato Grosso como capital da bacia platina, devido à sua extensa ocupação populacional.
- (B) No início do conflito, ocorreu a invasão paraguaia a Mato Grosso, que não encontrou dificuldade em ocupá-lo devido à precária defesa do território brasileiro.
- (C) Durante o conflito, a reconquista do território do Mato Grosso pelo Brasil foi facilitada pela acessibilidade à região, tanto por redes viárias quanto pelas rotas navegáveis.
- (D) O desfecho do conflito resultou na vitória brasileira, que retomou o território mato-grossense, que apesar de conquistado, jamais foi ocupado pelos paraguaios devido às ofensivas dos índios e às epidemias locais.

27

Analise a imagem a seguir.



Fonte: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2019/08/06/revolucao-acreanacargas-e-cronicas-tratavam-acre-como-um-estorvo-para-nacao.ghtml>

A charge ilustra o Barão do Rio Branco carregando uma bomba com a inscrição “Acre”, enquanto outro personagem, posicionado atrás, acende o pavio. A legenda diz: “ – Cuidado, barão! Com esta bomba nem S. Pedro com seus tiros o salvará.”

Sobre as medidas estabelecidas pelo Tratado de Petrópolis, assinado entre o Brasil e a Bolívia, que resultou na incorporação do Acre ao território brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Proibiu a navegação boliviana nos afluentes brasileiros, encerrando a saída da Bolívia ao Oceano Atlântico.
- (B) Autorizou o acesso boliviano ao território brasileiro, estipulando que seria de responsabilidade da Bolívia construir uma ferrovia para facilitar sua mobilidade.
- (C) Concedeu permissão para o estabelecimento de agentes bolivianos nas alfândegas comerciais brasileiras na região de fronteira entre os dois países.
- (D) Desalojou colonos bolivianos da região, especialmente os que dependiam de atividades extrativistas, sem que o Brasil indenizasse o governo boliviano pela perda do território.

28

Deve-se promover a integração da península do Centro-Oeste brasileiro, equipando-a de meios que lhe permitam desempenhar seu duplo papel de sólida plataforma para um transbordamento sobre a Hileia ou para ações visando a contrapor-se ao avanço para o norte de um imperialismo platino.

Fonte: SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil. Brasília: Ed. UnB, 1981. (Coleção Temas Brasileiro, n. 7). Citado por Cavalcanti, Marcelo; Barreira, Celene. Ações da Sudeco no desenvolvimento do Centro-Oeste, B.goiano.geogr.Goiânia, v. 31, n. 2, 2011, p. 180.

As afirmativas a seguir descrevem corretamente os objetivos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) durante a ditadura militar brasileira, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Estimular o processo de industrialização na região, visando criar polos industriais capazes de competir com os centros empresariais do Sudeste.
- (B) Ocupar as áreas da região identificadas como “vazios estratégicos”, consideradas suscetíveis à influência comunista.
- (C) Promover a integração regional com outras partes do território brasileiro por meio do desenvolvimento de infraestrutura rodoviária.
- (D) Fomentar a mecanização e a modernização da agricultura para impulsionar a ocupação produtiva da fronteira agrícola.

Noções de Administração Pública, Ética, Filosofia e Atualidades

29

A pirâmide de Maslow foi uma das primeiras teorias desenvolvidas para entender o sentido da motivação.

De acordo com essa teoria, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os seres humanos são estimulados por uma sequência de necessidades, devendo ocorrer a satisfação das necessidades mais básicas antes de se aspirarem as outras.
- (B) Os indivíduos são naturalmente preguiçosos, demandando, por isso, mecanismos de controle rígidos para o bom desempenho.
- (C) As pessoas são incentivadas pela percepção de justiça em seu ambiente, comparando suas recompensas e retribuições com a de seus pares.
- (D) Os sujeitos tendem a ser encorajados por atividades que são vistas como alcançáveis, conforme as suas capacidades.

30

O momento em que o aprovado em um concurso público é investido em cargo público, mediante a aceitação expressa das responsabilidades inerentes à função, é conhecido como *posse*. No entanto, é apenas no exercício que o servidor desempenha efetivamente suas atribuições.

Com relação ao disposto na Lei Complementar nº 04/1990, que dispõe sobre os servidores do Estado de Mato Grosso, é correto afirmar que, o servidor deve entrar em exercício

- (A) imediatamente após a posse.
- (B) até 5 dias após a posse.
- (C) até 20 dias após a posse.
- (D) até 30 dias após a posse.

31

Como regra geral, a contratação de pessoa na Administração Pública deve ocorrer por prazo indeterminado. No entanto, algumas situações de excepcionalidade permitem que sejam realizadas contratações em caráter temporário.

Com base nisso, analise as afirmativas a seguir.

- I. Combater surtos epidêmicos.
- II. Realizar o recenseamento.
- III. Permitir a execução de serviço, nas áreas de pesquisa científica, por profissional de notória especialização.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 04/1990, assinale a opção que indica a(s) situação(ões) que permite(m) contratação temporária.

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

32

Em uma situação hipotética, determinado servidor do Estado do Mato Grosso, pertencente à Secretaria de Saúde, cometeu falta punível com cassação de aposentadoria.

Nesse caso, com base na Lei Complementar nº 04/1990, a autoridade que deve aplicar a respectiva penalidade ao servidor é o

- (A) Governador do Estado.
- (B) chefe da repartição do servidor.
- (C) Presidente do Tribunal de Contas do Estado.
- (D) Corregedor-geral do Estado.

33

Max Weber diferencia a ética da convicção da ética da responsabilidade.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A ética da responsabilidade é a que tem como preocupação central as consequências das ações realizadas.
- () A ética da convicção é a mais apropriada para a função pública, pois independe de variações individuais.
- () A ética da responsabilidade baseia-se nas predisposições éticas dos agentes e espera deles um elevado senso moral.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.

34

O instituto da cidadania estabelece direitos e deveres para os indivíduos pertencentes à determinada sociedade. Esses direitos podem ser divididos em civis, políticos e sociais.

Assinale a opção que exemplifica corretamente os direitos sociais.

- (A) Direito à vida e à liberdade.
- (B) Direito à representação política.
- (C) Direito à propriedade privada.
- (D) Direito à saúde e à moradia.

35

Um funcionário do governo fica responsável pela distribuição de recursos limitados em uma pequena cidade e se depara com um dilema moral. Uma enchente atingiu a região e ele precisa decidir como alocar os recursos de emergência. Há dois grupos que precisam urgentemente de ajuda: um é um orfanato com várias crianças, e o outro, um hospital que atende a toda a comunidade. Ambos estão em situações críticas e os recursos não são suficientes para atender às necessidades de ambos.

Na situação acima, é correto afirmar que o funcionário aderiu a uma ética utilitarista se ele optou por

- (A) agir conforme o dever e o princípio moral de direcionar a ajuda para o grupo mais desfavorecido.
- (B) tomar o caminho de ação capaz de favorecer o maior número possível das pessoas afetadas.
- (C) conduzir a situação do modo mais compatível possível com o cultivo coletivo das virtudes cívicas.
- (D) atuar de maneira a distribuir os recursos equitativamente, sem favorecer ou preterir nenhuma das partes.

36

Com relação ao Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Mato Grosso (Lei Complementar nº 04/1990), associe cada forma de provimento de cargo público à sua descrição.

1. Reversão
 2. Recondução
 3. Readaptação
 4. Reintegração
- () O servidor aposentado por invalidez retorna à atividade ao serem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
 - () O servidor passa a assumir responsabilidades e atribuições compatíveis com uma limitação física ou mental sofrida.
 - () O servidor retorna a um cargo anteriormente ocupado, por exemplo, devido à inabilitação em estágio probatório.
 - () O servidor retorna ao cargo anteriormente ocupado devido a uma invalidação de uma anterior demissão.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1.
- (D) 4 – 3 – 2 – 1.

Legislação do SUS + Plano Nacional de Atenção Básica à Saúde

37

Assinale a opção que apresenta, corretamente, um objetivo do Sistema Único de Saúde – SUS.

- (A) Integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
- (B) Organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.
- (C) Identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
- (D) Capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

38

Assinale a opção que apresenta o princípio que foi acrescentado ao Sistema Único de Saúde, em 2023.

- (A) Organizar atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.
- (B) Divulgar informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e da sua utilização pelo usuário.
- (C) Utilizar a epidemiologia para estabelecer prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.
- (D) Proteger integralmente os direitos humanos de todos os usuários e, em especial, identificar maus-tratos, negligência e violência sexual praticados contra crianças e adolescentes.

39

Com base nas disposições da Lei nº 8.080/90 acerca do acompanhamento à mulher nos serviços de saúde, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde públicas ou privadas, toda mulher tem o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.
- () Em caso de atendimento com sedação, a eventual renúncia da paciente ao direito de acompanhante deverá ser feita por escrito, após o esclarecimento dos seus direitos, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, assinada por ela e arquivada em seu prontuário.
- () Em casos de urgência e emergência, os profissionais de saúde ficam autorizados a agir na proteção e defesa da saúde e da vida da paciente, ainda que na ausência do acompanhante requerido.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – V.

40

Com base na organização dos níveis de assistência à saúde, assinale a opção que apresenta a um serviço da *atenção terciária*.

- (A) Unidade de Transplante Renal.
- (B) Ambulatório de Neurologia.
- (C) Serviço de Ressonância Magnética.
- (D) Unidades de Pronto Atendimento.

41

Os Programas de Qualidade de Vida e Saúde para os Trabalhadores da Saúde e o Colegiado Gestor fazem parte do seguinte elemento da Política Nacional de Humanização.

- (A) Valores.
- (B) Princípios.
- (C) Diretrizes.
- (D) Dispositivos.

42

Com base nos Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Em serviços de saúde com mais de vinte trabalhadores é obrigatória a instituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.
- () O serviço de saúde deve garantir que o prontuário contenha registros relativos à identificação e todos os procedimentos prestados ao paciente.
- () O serviço de saúde deve garantir que os trabalhadores sejam avaliados, no mínimo, uma vez ao ano em relação à saúde ocupacional.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) V – F – F.

43

De acordo com a Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde, assinale a afirmativa correta.

- (A) O usuário tem direito a acompanhante, pessoa de sua livre escolha, nas consultas e exames.
- (B) O atendimento nos serviços de saúde deve ser sempre com hora marcada.
- (C) O usuário tem liberdade de procurar parecer de outro profissional, exceto em casos com impedimento legal.
- (D) Toda pessoa previamente cadastrada tem direito a participar dos conselhos e das conferências de saúde.

44

De acordo com as disposições normativas acerca da segurança do paciente, os eventos adversos que evoluírem para óbito devem ser notificados em até

- (A) 12 horas, a partir do ocorrido.
- (B) 24 horas, a partir do ocorrido.
- (C) 48 horas, a partir do ocorrido.
- (D) 72 horas, a partir do ocorrido.

45

Com base nas disposições da Lei nº 8.142/90, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Conselho de Saúde é um órgão colegiado responsável por avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para formulação da política de saúde.
- II. Um dos requisitos para que Estados e Municípios recebam os recursos destinados à cobertura das ações e serviços de saúde é a elaboração do Plano de Saúde.
- III. Os Municípios poderão estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.

46

Conforme disposições sobre a organização do SUS, o conjunto de ações e serviços de saúde, articulados em níveis de complexidade crescente com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde, corresponde ao(à)

- (A) Mapa de Saúde.
- (B) Região de Saúde.
- (C) Rede de Atenção à Saúde.
- (D) Serviços Especiais de Acesso Aberto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

47

João e Matheus são acionistas da sociedade empresária XYZ, a qual pretende participar de procedimento licitatório que será, oportunamente, realizado pelo Estado *Alfa*, para aquisição de bens comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a opção que indica, corretamente, a modalidade de licitação que a sociedade empresária XYZ irá participar.

- (A) Concorrência.
- (B) Concurso.
- (C) Pregão.
- (D) Leilão.

48

A sociedade empresária XYZ, após a observância das formalidades legais, celebrou contrato administrativo com o Estado *Alfa*, para fins de fornecimento de bens, produzidos no Brasil e que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

Nesse cenário, considerando a Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o contrato administrativo celebrado entre o Estado *Alfa* e a sociedade empresária XYZ terá o prazo de até

- (A) quinze anos.
- (B) cinco anos.
- (C) vinte anos.
- (D) dez anos.

49

No âmbito de uma Ação de Improbidade Administrativa movida em face de Daniel, exsurgiu um conflito de atribuições entre João, membro do Ministério Público do Estado *Alfa*, e Matheus, integrante do Ministério Público do Estado *Beta*.

Os Promotores de Justiça envolvidos na celeuma buscaram a orientação de colegas, para que o conflito fosse resolvido e o processo prosseguisse adequadamente, em observância ao direito fundamental à razoável duração do processo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o conflito de atribuições será dirimido pelo

- (A) Procurador-Geral de Justiça do Estado *Beta*.
- (B) Procurador-Geral de Justiça do Estado *Alfa*.
- (C) Conselho Nacional do Ministério Público.
- (D) Conselho Nacional de Justiça.

50

João, particular, compareceu à sede de uma determinada autarquia, integrante da Administração Pública Indireta do Estado *Alfa*, ocasião em que se informou sobre as licenças ambientais que necessita para que o seu estabelecimento comercial funcione de acordo com os regramentos legais. Ao deixar o local, em razão do excelente atendimento recebido, João resolveu fazer um elogio público aos servidores que lhe orientaram e, para tanto, pesquisou sobre a referida entidade.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que a autarquia é uma pessoa jurídica de direito

- (A) público, criada por lei específica.
- (B) privado, criada por lei específica.
- (C) público, cuja instituição é autorizada por lei específica, mas a criação efetiva se dá com o registro do ato constitutivo em cartório.
- (D) privado, cuja instituição é autorizada por lei específica, mas a criação efetiva se dá com o registro do ato constitutivo em cartório.

51

José foi condenado, definitivamente, ao cumprimento de seis anos de reclusão em regime inicialmente fechado, por ter praticado um crime contra a Administração Pública do Estado *Alfa*.

Nada obstante, em razão de um erro cometido por um servidor público do sistema prisional, José, após cumprir integralmente a reprimenda fixada na sentença, permaneceu preso por mais dois anos. Em assim sendo, ingressou com uma ação indenizatória em face do Estado, buscando ser ressarcido pelos prejuízos decorrentes do evento danoso.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que o Estado *Alfa* responderá

- (A) subjetivamente pelos danos causados ao particular José, à luz da teoria do risco administrativo, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou erro grosseiro.
- (B) objetivamente pelos danos causados ao particular José, à luz da teoria do risco administrativo, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- (C) subjetivamente pelos danos causados ao particular José, à luz da teoria do risco administrativo, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- (D) objetivamente pelos danos causados ao particular José, à luz da teoria do risco integral, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

52

O Prefeito do Município *Alfa*, ao ler reportagem de um jornal de grande circulação, verificou que diversos cidadãos estariam reclamando da qualidade dos produtos comercializados por um supermercado da localidade, ao argumento de que haveria a venda de produtos com prazo de validade expirado.

Em assim sendo, o agente político determinou que a Procuradoria Municipal apresentasse um parecer versando sobre a viabilidade jurídica de que, em eventual fiscalização no estabelecimento comercial, houvesse a apreensão de mercadorias cujo prazo de validade já tivesse transcorrido integralmente.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, está correto afirmar que a eventual fiscalização do Poder Público no supermercado poderá ensejar a apreensão de mercadorias fora do prazo de validade,

- (A) independentemente de manifestação do Poder Judiciário, em razão do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
- (B) desde que haja autorização prévia do Poder Judiciário, pela ausência do atributo da autoexecutoriedade do ato administrativo.
- (C) independentemente de manifestação do Poder Judiciário, em razão do atributo da coercibilidade do ato administrativo.
- (D) desde que haja autorização prévia do Poder Judiciário, pela ausência do atributo da coercibilidade do ato administrativo.

53

A respeito do *crime de responsabilidade*, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A prestação de informações falsas por Ministro de Estado constitui crime de responsabilidade na hipótese de pedido escrito de informações feito pelas Mesas da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- () O retardo na liquidação regular dos precatórios, por parte do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, constitui crime de responsabilidade.
- () É constitucionalmente legítima a criação de crime de responsabilidade pelo legislador estadual, desde que destinada a condutas do Governador de Estado.

As afirmativas são, respectivamente:

- (A) F, F e F;
- (B) F, F e V;
- (C) V, V e F;
- (D) F, V e V.

54

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 admitiu a figura da contratação temporária, em seu Art. 37, inciso IX. Com relação à interpretação do Supremo Tribunal Federal a esse dispositivo, analise os itens a seguir.

- I. Os casos excepcionais não precisam estar previstos em lei, justamente por serem excepcionais.
- II. O prazo de contratação deve ser pré-determinado, já que o contrário seria a estabilização de uma situação em afronta à regra do concurso público.
- III. A necessidade deve ser temporária e tal necessidade temporária que exsurge da vacância do cargo efetivo há de durar apenas o tempo necessário para a realização do próximo concurso público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

55

A imunidade parlamentar serve para, dentro da lógica da coexistência de mais de um poder, viabilizar a independência do Poder Legislativo e a harmonia com os demais.

Sobre tal instituto, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A ordem jurídica constitucional brasileira positiva a imunidade material que protege apenas os congressistas da responsabilidade penal por opiniões, palavras e votos.
- () O foro especial por prerrogativa de função é considerado uma imunidade parlamentar formal e se aplica ao suplente do parlamentar.
- () A imunidade formal relativa à prisão tem início com a expedição do diploma do congressista, mas não a impede em caso de flagrante de crime inafiançável.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e V.
- (C) V, V e F.
- (D) V, F e F.

56

Muitos dos direitos fundamentais são a materialização de diversas acepções de liberdade. A Assembleia Constituinte de 1987-1988 preocupou-se não apenas com a positivação de direitos. Ele municiou a ordem jurídica de instrumentos para protegerem tais direitos.

Em relação a essas ferramentas, analise os itens a seguir.

- I. O *habeas corpus* é via idônea para enfrentar questão relacionada à inabilitação para exercício de cargo ou função pública.
- II. No que concerne à impetração do mandado de injunção, segundo o STF, são necessárias a verificação de omissão legislativa e, depois, a efetiva inviabilidade do gozo de direito, faculdade ou prerrogativa consagrados constitucionalmente em razão da ausência da norma infraconstitucional regulamentadora.
- III. É da competência originária do Supremo Tribunal Federal o mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente da República e das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

57

O Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado. Sobre tal instituição, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Diferente do Procurador-Geral da República, chefe do Ministério Público da União, o Procurador-Geral de Justiça é o chefe do Ministério Público estadual, cuja escolha se dá, primeiro, a partir da formação de uma lista triplíce dentre membros da instituição que, depois, é encaminhada para o Governador do Estado escolher um dos três integrantes.
- () A destituição do Procurador-Geral de Justiça, chefe do Ministério Público estadual, não é admitida pela Constituição, por causa do princípio da autonomia administrativa do *Parquet*.
- () Conquanto o Ministério Público seja considerado constitucionalmente uma função essencial à Justiça, diversas de suas atribuições se dão no plano extrajudicial.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e V.
- (B) F, F e F.
- (C) V, F e F.
- (D) V, F e V.

58

Sobre o *direito fundamental à saúde*, analise os itens a seguir.

- I. Cuida-se de direito com aspecto individual e com aspecto transindividual, podendo ser tutelado em favor de uma única pessoa ou de uma coletividade, a depender do caso.
- II. Trata-se de direito que se adequa à ideia de primeira geração ou dimensão dos direitos fundamentais, já que se justifica na lógica da liberdade.
- III. É de competência legislativa concorrente dos entes políticos da federação, cabendo ao Estado-membro, para atender às suas peculiaridades, editar normas gerais na hipótese de determinado tema não possuir regência em lei federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

59

Os princípios orçamentários são normas gerais a serem observadas na elaboração e na execução da lei orçamentária. Assinale a opção que apresenta os *princípios básicos orçamentários*.

- (A) Os princípios da especificação, do *non olet* e da precedência orçamentária.
- (B) Os princípios da antecedência, da isonomia e da regionalização.
- (C) Os princípios da unidade, da universalidade e da anualidade.
- (D) Os princípios da exclusividade orçamentária, da capacidade contributiva e da periodicidade

60

Os créditos adicionais são, segundo a Lei nº 4.320/64, “as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.”

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Admite-se a abertura de créditos suplementares para despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.
- (B) Os créditos extraordinários são destinados ao reforço de dotação orçamentária.
- (C) Os créditos especiais são destinados às despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- (D) A abertura dos créditos suplementares e especiais independe da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa, devendo ser precedida de exposição justificativa.

61

Considere que o Poder Judiciário, por meio de ato normativo próprio, aumentou os vencimentos de seus servidores, sob fundamento de isonomia.

Sob a ótica do direito financeiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) É necessária prévia dotação orçamentária, sendo a despesa com pessoal limitada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) O Poder Judiciário, pelo princípio da separação dos poderes, não está vinculado à lei orçamentária, podendo prever créditos extraorçamentários.
- (C) Para o ato que promove aumento de despesa com pessoal, é dispensada a estimativa do impacto orçamentário-financeiro.
- (D) A concessão de qualquer vantagem aos servidores públicos deve estar prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sob pena de violação dos princípios orçamentários.

62

Tendo como base o conceito de tributo dado pelo Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa correta.

- (A) É legítimo o aumento de alíquotas de IPTU como penalidade pela falta de muros e passeios.
- (B) É ilegal a concessão de descontos ao contribuinte de IPVA que não tenha cometido infrações.
- (C) A compensação financeira pela exploração de recursos minerais se insere no conceito de tributo.
- (D) A natureza jurídica da remuneração dos serviços de água e esgoto, prestados por concessionária de serviço público, é de tarifa ou preço público.

63

Com relação à prescrição e à decadência no âmbito tributário, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A notificação do contribuinte para o recolhimento do IPVA perfectibiliza a constituição definitiva do crédito tributário, iniciando-se o prazo prescricional para a execução fiscal no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação.
- () No Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação - ITCDM, referente à doação não oportunamente declarada pelo contribuinte ao Fisco estadual, a contagem do prazo decadencial tem início no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, observado o fato gerador.
- () A prescrição, causa extintiva do crédito tributário, não é passível de ser veiculada em exceção de pré-executividade, pois demanda dilação probatória.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – V – V.

64

Considere a hipótese a seguir.

O Fisco ajuizou execução fiscal de dívida tributária em face de uma pessoa jurídica. Por não operar mais no seu domicílio fiscal, e diante da impossibilidade de citação, o Juízo da execução fiscal presumiu a dissolução irregular da pessoa jurídica executada.

Em relação à responsabilidade tributária fundada na dissolução irregular da pessoa jurídica, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em execução fiscal de dívida ativa tributária, a dissolução irregular da pessoa jurídica não é fato ensejador da responsabilidade tributária que, por si só, legitime o redirecionamento da execução fiscal ao sócio-gerente.
- (B) O redirecionamento da execução fiscal não pode ser autorizado contra o sócio-gerente que, embora exercesse poderes de gerência ao tempo do fato gerador, sem incorrer em prática de atos com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou aos estatutos, dela regularmente se retirou e não deu causa à sua posterior dissolução irregular.
- (C) O redirecionamento da execução fiscal somente pode ser autorizado contra o sócio-gerente se o Fisco demonstrar que o sócio-gerente agiu com excesso de poderes ou infração à lei, ao contrato social ou aos estatutos, o que não é o caso da dissolução irregular.
- (D) O redirecionamento da execução fiscal não pode ser autorizado contra o sócio-gerente na data em que configurada a sua dissolução irregular ou a presunção de sua ocorrência, mas que não tenha exercido poderes de gerência, na data em que ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido.

65

Helena Quincas Borba é casada pelo regime de comunhão parcial de bens com Aires Cunha, desde 1999. Devido às graves dificuldades financeiras, ela teve diversos imóveis hipotecados nos últimos meses.

O primeiro, um apartamento que é a residência familiar, foi hipotecado ao *Banco Alpha S.A.*, em virtude da celebração de um contrato de mútuo; até a presente data, no entanto, a hipoteca não foi registrada no Registro Geral de Imóvel competente. Esse imóvel foi adquirido ainda em construção, e teve uma hipoteca anterior, firmada entre a construtora e o agente financeiro.

O terreno que Helena possuía na Região Oceânica foi hipotecado devido à condenação por sentença judicial de primeira instância, para o pagamento de quantia certa. E, por fim, teve um imóvel comercial hipotecado, adquirido por arrematação, para garantia do pagamento do restante do preço da arrematação.

A respeito do tema *hipoteca*, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ausência de registro da hipoteca afasta a exceção à regra de impenhorabilidade do bem de família legal prevista na Lei nº 8.009/1990.
- (B) A hipoteca judiciária constitui um efeito secundário da sentença judicial transitada em julgado de natureza condenatória, o que obsta a efetivação da pendência de julgamento de apelação recebida em efeito suspensivo.
- (C) A hipoteca advém de contrato, da lei ou de sentença judicial, necessitando de sua inscrição no cartório de registro de imóveis para fins de constituição e efetivação.
- (D) A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel.

66

A *Associação de Assistência Hospitalar Machadiana*, entidade civil que presta serviços ambulatoriais e hospitalares no Município de Rondonópolis/MT, vem atravessando sérias dificuldades econômicas, tanto que o seu Balanço Patrimonial, ao final do ano de 2023, aponta uma dívida consolidada superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

Diante disso, uma nova direção assumiu a entidade e verificou a existência de dívida não consolidada com a fornecedora *Líquido Gás e Sólido Hospitalares Ltda.*, devido à imposição de preço pelo produto, o que o tornou extremamente oneroso, se comparado com o pago pelas outras entidades de saúde. A partir de 2021, em razão da inadimplência da *Associação*, buscando um meio de minimizar seus prejuízos, a fornecedora passou a reajustar o valor do produto fornecido com índices bem acima da inflação.

Diante da situação hipotética narrada, com base na *teoria geral dos contratos*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nas relações contratuais, a boa-fé objetiva exerce, entre outras funções, a limitação do exercício de direitos subjetivos, no caso de abuso de direito.
- (B) Ao Poder Judiciário cabe, livremente, revisar os preços praticados durante o período da execução contratual, tendo um poder ilimitado em relação às cláusulas contratuais.
- (C) A revisão judicial dos contratos, com vistas ao atendimento de sua função social, é uma intervenção ordinária e natural em favor de vulneráveis econômicos.
- (D) Na teoria da imprevisão, há necessidade de a comprovação dos fatos serem imprevisíveis, sendo desconsiderada as consequências imprevisíveis de fatos previsíveis.

67

Leonora e Carla, amigas de longa data, celebraram, entre si, negócio mediante o qual Leonora compromete-se a entregar a Carla, em 15/03/2024, um apartamento de 150 metros quadrados, matrícula 12345, ou uma casa de 230 metros quadrados, matrícula 678910, ao passo que Carla se compromete a, tão logo seja realizada a entrega de um dos bens, dar quitação plena e irrestrita de uma dívida líquida e já vencida de Leonora com Carla. Constou do acordo que a escolha do bem a ser entregue caberia a Carla que, após alguma reflexão e pesquisa sobre o valor de mercado do apartamento e da casa, optou pelo apartamento, informando sua decisão a Leonora por mensagem de *whatsapp*, no dia 01/03/2024.

No entanto, no dia 8/03/2024, Leonora foi surpreendida por uma proposta de Júlio Soares para aquisição imediata do apartamento, oferecendo um preço muito vantajoso. Assim, diante da oferta irrecusável, Leonora celebra contrato de compra e venda irrevogável com Júlio Soares que, imediatamente, no dia 10/03/2023, efetua o pagamento integral da quantia estipulada.

No dia 15/03/2024, Leonora procurou Carla para lhe entregar a casa. Carla recusa-se a receber a casa e dar a quitação prometida, exigindo a entrega do apartamento ou o equivalente, acrescido de perdas e danos.

Diante da situação hipotética narrada e da legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Considerando o negócio celebrado entre as amigas, Leonora pode escolher entregar a casa, cabendo a Carla aceitar tal escolha e dar a quitação plena e irrestrita.
- (B) A recusa de Carla é lícita e legítima, pois nos termos do acordado, ela pode escolher a coisa a ser entregue, como feito, inclusive, antes do vencimento da obrigação.
- (C) No caso, como subsiste a casa, Carla tem que aceitá-la, pois a mensagem por *whatsapp* não configura notificação válida.
- (D) Leonora deverá entregar a casa e indenizar Carla por perdas e danos, em razão de ter impossibilitado a escolha pela credora.

68

A sociedade empresária *Alpha Alimentos e Bebidas Ltda.* realizou ampla campanha publicitária, principalmente na Internet, tendo como alvo crianças na faixa etária de 5 (cinco) a 8 (oito) anos. A campanha visava à venda de determinado biscoito que tinha a forma de um famoso personagem infantil. A imagem desse personagem faz parte da embalagem e de todo o material da propaganda. Na publicidade, a sociedade empresária, por meio da sua agência de publicidade, desqualifica o produto da concorrente direta, afirmando que o seu é demasiadamente melhor, além de o concorrente desprezar valores ambientais.

Com base nos estudos de propaganda, assinale a afirmativa correta.

- (A) A publicidade comparativa é vedada expressamente pelo Código de Defesa do Consumidor, mesmo que a informação seja verídica e não abusiva.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça reconhece a abusividade de publicidade de alimentos direcionada de forma explícita a crianças e que manipula o universo infantil.
- (C) O Código de Defesa do Consumidor não regula a propaganda desrespeitosa a valores ambientais, sendo classificada pela jurisprudência como propaganda enganosa.
- (D) Em caso de propaganda enganosa ou abusiva, o dano moral existente é o individual, sendo incabível a utilização de ação coletiva na defesa dos direitos dos consumidores atingidos.

69

Capitolina de Assis entrou em trabalho de parto e procurou o *Hospital Particular XYZ* na parte da manhã do dia 06 de março, mas o parto só foi realizado na noite do dia 07 de março.

Devido à falta de acompanhamento diligente dos médicos Bento Casmurro (ginecologista e obstetra) e Machado Bento (pediatra), o nascimento de seu filho, Ezequiel, foi permeado fetal, no qual foram verificadas a falta de oxigenação, a asfíxia perinatal e a aspiração de mecônio. As intercorrências produziram danos irreparáveis em Capitolina e Ezequiel.

Sobre a hipótese apresentada, sabendo que Capitolina pagou todo o procedimento e que não utilizou o sistema público de saúde ou qualquer plano de saúde, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Hospital responde exclusivamente pelos danos ocorridos, cabendo a Capitolina o ônus probatório da culpabilidade.
- (B) Por se tratar de uma relação consumerista, o Hospital e os médicos possuem responsabilidade objetiva e solidária pelos danos causados.
- (C) A responsabilidade civil dos médicos, por força do Código de Defesa do Consumidor, depende da demonstração de culpa.
- (D) Os médicos, caso eles sejam empregados, estarão isentos de responsabilidade, devido ao encargo exclusivo do Hospital.

70

Ângelo Cruz, funcionário da empresa pública de limpeza urbana de sua cidade, durante o seu expediente, quando exercia as suas funções em movimentada rua, foi atropelado, na calçada, próximo a um ponto de ônibus, por um coletivo de passageiros da *Companhia Urb Veloz*. Diante do fato, em 10/01/2024, ajuizou ação indenizatória em face da *Urb Veloz* requerendo a reparação pelos danos morais e materiais sofridos.

Consta da inicial que, aos 30/12/2020, Ângelo estava fazendo a limpeza da calçada da rua ABC, próximo a um ponto de ônibus, quando foi atropelado por um coletivo de passageiros da *Companhia Urb Veloz*. Alega que o motorista, por total impudência, dirigia em alta velocidade e não conseguiu frear adequadamente o veículo, atropelando algumas pessoas que estavam próximas ao ponto de ônibus, incluindo ele. Assim, conclui ter sido vítima de acidente de consumo, requerendo as indenizações devidas. Em contestação, a *Urb Veloz* não nega o fato, porém alega inexistência de relação de consumo, bem como a prescrição.

Diante da situação hipotética narrada e em conformidade com a legislação vigente e com a jurisprudência do STJ, analise as afirmativas a seguir.

- I. A situação hipotética configura acidente de trabalho, o que obsta a configuração de acidente de consumo.
- II. Ângelo, mesmo não tendo realizado um ato de consumo, é considerado consumidor por equiparação, mas não será indenizado em razão da prescrição.
- III. O fato de o atropelamento ter ocorrido durante o exercício das atividades profissionais de Ângelo não impede a caracterização do acidente de consumo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

71

Paulo ajuizou ação de reintegração de posse em face de João. Nessa, sustentou que João esbulhou parte do terreno de sua fazenda, localizada no Município de Sinop (MT), há cerca de dois meses, razão pela qual requereu a concessão de medida liminar e, no mérito, a confirmação da referida medida, bem como indenização a título de danos materiais.

Em contestação, João afirmou que não esbulhou o terreno, mas tão apenas informou Paulo que iria ocupar tal parte do terreno com seu gado. Outrossim, João requereu a proteção possessória em seu favor, sustentando que é proprietário da área litigiosa.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) É lícita a cumulação de pedidos formulada por Paulo, pois as ações possessórias admitem a cumulação de pedido possessório com o de condenação em perdas e danos.
- (B) Ainda que entenda configurada a ameaça e não o efetivo esbulho possessório, o juiz não poderá conceder interdito proibitório em favor de Paulo, dado o princípio da taxatividade das ações possessórias.
- (C) A alegação de propriedade formulada por João em defesa obsta a reintegração de posse pretendida por Paulo, que deverá ajuizar ação pelo rito comum.
- (D) A ação de reintegração de posse proposta por Paulo seguirá o procedimento comum, eis que proposta dentro de ano e dia do esbulho afirmado na petição inicial.

72

Eloá, Giovana e Jamile debatiam acerca do mandado de segurança e seu cabimento. As amigas efetuaram três afirmações sobre o assunto:

- Eloá disse que é cabível o mandado de segurança em face de decisão judicial transitada em julgado;
- Giovana afirmou que o mandado de segurança não é cabível em face de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo; e
- Jamile indicou que é cabível mandado de segurança em face de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

Tomando o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) Eloá está correta em sua afirmação, ao passo que Giovana e Jamile estão erradas em suas afirmações.
- (B) Eloá e Giovana estão corretas em suas afirmações, ao passo que Jamile está incorreta em sua afirmação.
- (C) Eloá está incorreta em sua afirmação, Giovana está correta em sua afirmação e Jamile está incorreta em sua afirmação.
- (D) Todas as três amigas estão corretas em suas afirmações.

73

Pedro requereu o cumprimento de sentença em face de Cristina, buscando a satisfação de sentença que condenou esta última a lhe pagar R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de danos morais, reembolso de custas e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação.

Após regular intimação, o advogado de Cristina deseja ofertar impugnação ao cumprimento de sentença.

Das matérias a seguir, assinale a que **não** poderá ser alegada como defesa na mencionada impugnação.

- (A) Ilegitimidade da parte.
- (B) Prescrição, mesmo que anterior à sentença.
- (C) Incompetência absoluta do juízo da execução.
- (D) Penhora incorreta.

74

João, menor impúbere, requereu o cumprimento de sentença que condenou Josino, seu pai, a lhe pagar alimentos no valor equivalente a 20% de seus rendimentos líquidos mensais, bem como R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) referentes a alimentos atrasados dos últimos cinco anos.

Após receber o pedido, o juiz determinou a intimação de Josino para, no prazo de três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo. Josino ficou-se inerte.

Findo o prazo, João requereu o desconto em folha de 40% (quarenta por cento) dos rendimentos líquidos de seu pai, sendo 20% (vinte por cento) referentes aos alimentos vencidos e 20% (vinte por cento) dos alimentos vencidos. O juiz deferiu o pedido.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que:

- (A) O prazo aplicável na hipótese é de cinco dias, razão pela qual o juízo não deveria ter intimado Josino para se manifestar ou pagar no prazo de três dias.
- (B) O desconto em folha requerido por João e deferido pelo juízo foi correto, à luz das disposições do Código de Processo Civil, diante do percentual pleiteado e da viabilidade do meio de execução adotado.
- (C) O inadimplemento de parcelas vencidas dois anos antes do ajuizamento da execução autoriza a prisão civil, pois todo e qualquer débito alimentar, independentemente da data de seu vencimento, assim o permite.
- (D) Eventual prisão civil eximirá Josino a pagar os alimentos vencidos pretendidos por João, razão pela qual, findos três meses de prisão, o juiz deverá extinguir a execução no que se refere aos alimentos vencidos.

75

Juliano adquiriu um conhecido remédio para perda de peso. Ocorre que, como efeito colateral, passou a desenvolver compulsão por jogos de azar, levando-o a perder boa parte de seu patrimônio, atualmente avaliado em dez milhões de reais.

Por esse motivo, Juliano ajuizou ação de procedimento comum em face do *Laboratório A*, responsável pela produção do remédio. Outrossim, pediu incidentalmente a concessão de tutela provisória, para que o laboratório fosse obrigado a lhe fornecer pensão mensal no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como indenização a título de danos morais e materiais.

O juízo concedeu liminarmente a medida liminar pleiteada, porém condicionou sua eficácia à prestação de caução por parte de Juliano, no valor único de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), equivalentes a dois meses da pensão pedida.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que:

- (A) A caução exigida pelo juízo é válida, sendo destinada a ressarcir os danos que o Laboratório possa sofrer em razão da efetivação da tutela de urgência.
- (B) A tutela antecipada se tornará estável se, da decisão que a conceder, não for interposto o respectivo recurso.
- (C) O juízo não poderia ter concedido a tutela liminarmente, pois a tutela provisória somente pode ser concedida após justificação prévia.
- (D) É certo dizer que a tutela provisória incidental requerida por Juliano exigiu o pagamento de custas, por expressa disposição do Código de Processo Civil.

76

Marcos ajuizou ação reivindicatória em face de Ana, requerendo a retomada de imóvel alegadamente de sua propriedade. Após a regular citação de Ana, sua inquilina Caroline requereu seu ingresso no processo enquanto assistente de Ana, sustentando ter interesse na improcedência do pedido.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) A assistência de Caroline impedirá que Ana reconheça a procedência do pedido ou transija sobre o direito controvertido.
- (B) Caso deferido o pedido, transitada em julgado a sentença, Caroline poderá em processo posterior discutir a justiça da decisão, em todo e qualquer caso.
- (C) Sendo Ana omissa de qualquer modo, Caroline será considerada sua gestora de negócios.
- (D) Não havendo impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, o pedido de Caroline será deferido.

77

Sueli trabalha há 2 anos em uma empresa de prestação de serviços à agroindústria, localizada em Tangará da Serra/MT. Sueli mora com seus pais, possui um cachorro de estimação, namora um rapaz da mesma cidade chamado Carlos e sonha em se tornar servidora do Estado do Mato Grosso, dedicando-se aos estudos sempre que possível.

Considerando esses fatos e o que dispõe a CLT, assinale a opção que apresenta, corretamente, a hipótese legal de interrupção contratual, desde que devidamente comprovada por Sueli, bem como o respectivo tempo de afastamento.

- (A) Um dia por mês, se Sueli tiver cólicas menstruais.
- (B) Até três dias, em cada doze meses de trabalho, para realizar exames preventivos de câncer.
- (C) No dia em que Sueli estiver fazendo prova de concurso para ingresso no serviço público.
- (D) Um dia de afastamento quando o cachorro de estimação de Sueli falecer.

78

No Município de Várzea Grande/MT, as sociedades empresárias do setor atacadista formam entre si um grupo econômico por subordinação, enquanto outras sociedades empresárias do setor turístico formam entre si um grupo econômico por coordenação. Além disso, na localidade formou-se um consórcio de empregadores rurais.

De acordo com as normas de regência, assinale a opção que apresenta, corretamente, a responsabilidade dessas sociedades empresárias e dos produtores rurais em relação aos créditos trabalhistas.

- (A) No consórcio de empregadores rurais haverá responsabilidade subsidiária e nos grupos econômicos por subordinação e por coordenação, solidária.
- (B) Em todos os casos haverá responsabilidade subsidiária.
- (C) No grupo econômico por subordinação a responsabilidade é solidária, enquanto no grupo econômico por coordenação e no consórcio de empregadores rurais, subsidiária.
- (D) Em todos os casos haverá responsabilidade solidária.

79

No Município de Rondonópolis/MT dois sindicatos assinaram, em 2023, convenção coletiva com duração de quarenta e dois meses; no mesmo ano, outro sindicato assinou acordo coletivo com uma sociedade empresária com duração de trinta meses; e, finalmente, o TRT da 23ª Região (MT) proferiu no mesmo ano uma sentença normativa com vigência de quarenta e oito meses.

Considerando esses fatos e a previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Somente a convenção coletiva de trabalho observou a duração legal.
- (B) As normas coletivas e a sentença normativa excederam a duração legal.
- (C) A sentença normativa está regular quanto à vigência, mas as normas coletivas, não.
- (D) O acordo coletivo está dentro do limite fixado na Lei, mas a convenção coletiva e a sentença normativa, não.

80

Em uma reclamação trabalhista que tramita perante a 89ª Vara do Trabalho de Cuiabá/MT, um terceirizado do setor de limpeza ajuizou reclamação trabalhista contra o ex-empregador e o Estado do Mato Grosso, que foi o tomador dos serviços. Sagrou-se vitorioso, com previsão de responsabilidade subsidiária do Estado.

Transitado em julgado nestes termos, o valor foi apurado pela contadoria do Juízo, mesmo com a discordância numérica das partes, homologado e cobrado apenas do devedor principal por todas as formas possíveis, sem sucesso.

O exequente requereu então o direcionamento da execução contra o devedor subsidiário, o que foi acolhido pelo Juiz.

De acordo com as normas de regência, assinale a opção que mostra, corretamente, o que deve ocorrer.

- (A) O Estado do Mato Grosso será citado para, querendo, opor embargos à execução em 30 dias.
- (B) O ente público poderá ajuizar embargos à execução no prazo de 8 dias, desde que garanta o Juízo com seguro judicial.
- (C) Será expedido mandado de penhora e avaliação contra o responsável subsidiário, a ser cumprido por Oficial de Justiça.
- (D) Será expedido, com brevidade, requisitório para o pagamento da dívida, que poderá ser precatório ou requisição de pequeno valor.

Realização

